

Noções de Urbano: uma construção da memória (e da cidade) de Itaboraí – RJ

Urban Notions: a construction of the memory (and the city) of Itaboraí – RJ

Pâmella Victória Oliveira Souza(1); Jéssica de Almeida Polito(2)

1 Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), Engenheiro Coelho, São Paulo, Brasil.

E-mail: pmellavicos@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2178-6095>

2 Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), Engenheiro Coelho, São Paulo, Brasil.

E-mail: jessica.polito@unasp.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5556-6699>

Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, vol. 8, n. 2, p. 74-96, Julho-Dezembro, 2019 - ISSN 2318-1109

DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2019.v8i2.3534>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor-chefe: Marcos L. S. Oliveira

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui!/click here!](#)

Resumo

Ao observar que as obras humanas inscrevem e imprimem no território características únicas, propõe-se compreender a cidade de Itaboraí enquanto fragmento da paisagem cultural do Rio de Janeiro. A formação dessa cidade, de origem colonial, ocorreu pela instalação de uma grande praça, mais conhecida como Largo da Matriz. Hoje, ao redor deste largo denominado “Praça Marechal Floriano Peixoto”, encontra-se um rico conjunto arquitetônico e patrimonial que consolida o Centro Histórico. Tal qual o trabalho do arqueólogo, pode-se desvendar nesta centralidade camadas e sobreposições históricas capazes de resgatar o processo de desenvolvimento da cidade, da memória urbana e dos valores simbólicos atribuídos pelos seus habitantes ao longo do tempo. Desta maneira, a pesquisa procura entender o processo que levou à formação desse tecido urbano nos dias de hoje, ressaltar as compreensões de urbanidade e afirmar o potencial patrimonial desta cidade enquanto sítio histórico e paisagem cultural.

Palavras-chave: Memória Urbana. Paisagem Cultural. Processo de Urbanização. Identidade. Noção de Urbano.

Abstract

When observing that human works inscribe and print in the unique characteristic territory, it is proposed to understand the city of Itaboraí as a fragment of the cultural landscape of Rio de Janeiro. The formation of this city, of colonial origin, occurred by the installation of a large square, better known as Largo da Matriz. Today, around this square called “Marechal Floriano Peixoto Square”, there is a rich architectural and patrimonial complex that consolidates the Historical Center. Like the work of the archaeologist, it is possible to uncover in this centrality layers and historical overlaps capable of rescuing the process of development of the city, urban memory and the symbolic values attributed by its inhabitants over time. In this way, the research seeks to understand the process that led to the formation of this current urban fabric, highlight the understandings of urbanity and affirm the heritage potential of the city as a historical site and cultural landscape.

Keywords: Urban Memory. Cultural Landscape. urbanization process. Identity. Notion of Urban.

1 Introdução

Ao iniciar o estudo da história de “Itaborahy” a partir do próprio nome, que em tupi guarani tem significado de “Pedra Bonita escondida na água”, encontramos a herança indígena, mais especificamente, a dos Tamoios. A predefinição territorial de Itaboraí (RJ) bem como seu desenvolvimento, adveio posteriormente a doação de Sesmarias nas circunvizinhanças da baía de Guanabara, em 1567, dois anos depois da instauração de São Sebastião do Rio de Janeiro. Segundo Forte (1937, p. 1), a distribuição de terras nesta região banhada pelo Rio Macacú e seus afluentes, ocorreu a partir da vitória das armas portuguesas em combate com os franceses e Tamoios.

Já no século XVII, por meio das ordenanças do então Governador e Capitão do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, estradas foram abertas nessas sesmarias. Por conseguinte, em 1672, um modesto povoado de tropeiros se estabeleceu sobre uma colina à margem do caminho de Campos de Goitacazes e cresceu ao redor de uma capela, tendo São João Batista como santo padroeiro. Fundou-se assim a freguesia, pertencendo a Vila de Santo Antônio de Sá.¹

No período do Império no Brasil, essa freguesia ganhou eminência como cerne político administrativo e polo econômico de importância na região do Rio de Janeiro. Tradicionais famílias construíram suas casas de sobrado na sede da rica freguesia que, em 1827, já possuía uma Casa de Opera (teatro).² Mais tarde, por meio do decreto regencial de 1833, dois anos antes do Rio de Janeiro ter governo próprio, a freguesia se elevou a Vila de São João de Itaboraí com a instalação da primeira Câmara de Vereadores no dia 22 de maio.

Tal era a grandeza e posição estratégica da referida vila que, em 1834, ela quase foi eleita capital da Província, perdendo por apenas um voto de diferença para a então Vila Real da Praia Grande, hoje designada de Niterói.³ No mesmo ano, um dos principais personagens da história de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, o célebre Visconde de Itaboraí, elemento político essencial no Rio de Janeiro, ganhou ainda mais destaque ao tornar-se primeiro presidente da província.⁴

Desta forma, o centro histórico de Itaboraí guarda ainda hoje marcas da imponência de seu pretérito colonial e imperial. Todo esse conjunto fez parte do antigo Largo da Matriz, constituindo a atual Praça Marechal Floriano Peixoto.

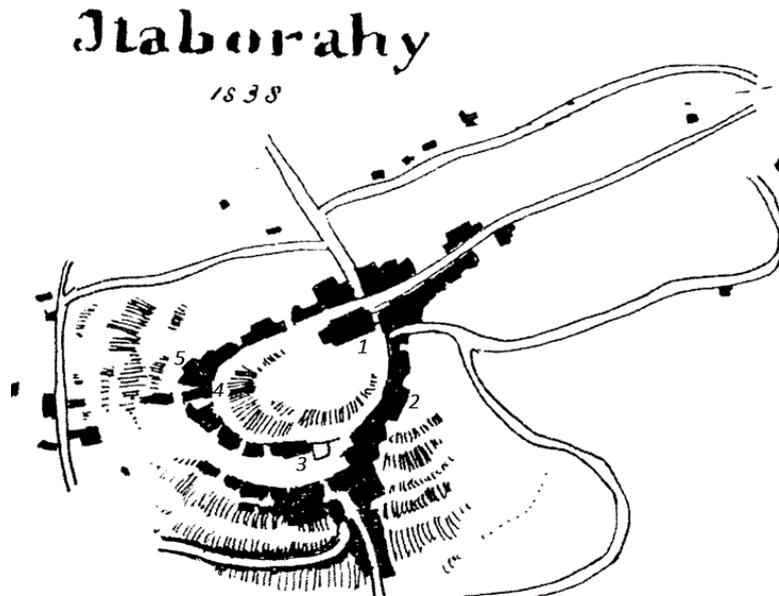
1 Referência encontrada no acervo de documentos e registros da Biblioteca Joaquim Manoel de Macedo, Prefeitura Municipal de Itaboraí - RJ. O texto cedido foi baseado nas informações extraídas do livro “Itaboraí Memória Histórica”, do Professor César Ornellas.

2 Os personagens citados estão mencionados no mesmo documento supracitado.

3 Referência encontrada no acervo supramencionado.

4 Baseado nas informações do acervo digital do Arquivo Nacional, MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira, disponível em: <http://mapa.an.gov.br/ultimas-noticias/621-joaquim-jose-rodrigues-torres-visconde-de-itaborai.html>. Acesso em: 01 abril 2019.

Figura 1. Implantação do centro da Vila de São João de Itaboraí (1838)



Fonte: Desenho de Major Rivierre registrado no livro: Itaboraí Pesquisas Arqueológicas do Projeto Sagas e seu contexto histórico. Editora IAB & CEG, 2003.

Figura 1: Sobre o mapa original foram alocadas numerações referentes a antigos imóveis ainda presentes no tecido atual.

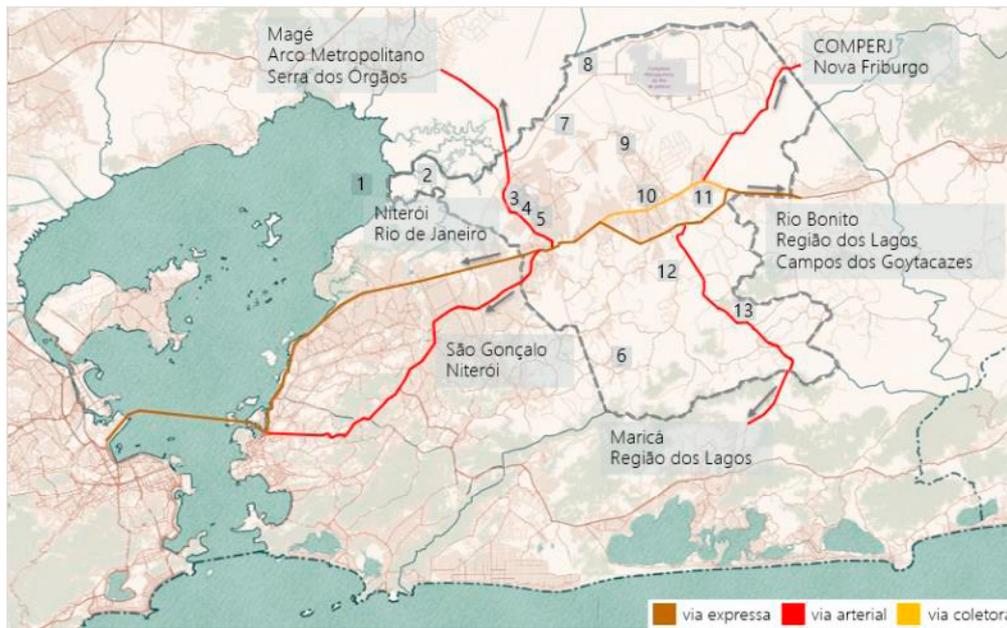
A imagem supra referenciada, apresenta o desenho urbano da Vila de São João de Itaboraí tal como alguns dos imponentes prédios que resistem até os dias de hoje, tais como: 1 – a Igreja Matriz de São João Batista (obra barroca do século XVII); 2 – o Solar do Visconde de Itaboraí (levantado em 1834 e atual Prefeitura); 3 – a Casa de Câmara e Cadeia (construída em 1840), projetada pelo Júlio Frederico Koeller, colega do Imperador D. Pedro II e responsável pelo planejamento urbano de Petrópolis (1843); 4 – o teatro municipal (1827) e 5 – a Casa de Cultura Heloisa Alberto Torres (sobrado do início do século XIX).⁵

Essa Praça, que é o eixo de fundação da cidade, também foi palco de diversas contestações políticas e ideológicas como a discussão local a respeito da abolição da escravatura e da Proclamação da República.⁶ Além dela, o município é formado por outros pontos historicamente importantes, fruto de outros desmembramentos de freguesias e vilas, associados a novas realidades que se estabeleceram sobre este território no decorrer do tempo.

5 Referência encontrada no acervo de documentos e registros da Biblioteca Joaquim Manoel de Macedo, Prefeitura Municipal de Itaboraí - RJ. O texto cedido foi baseado nas informações extraídas do livro “Itaboraí Memória Histórica”, do Professor César Ornellas.

6 Informação extraída do texto “Praça Marechal Floriano Peixoto: um lugar com muitas histórias (1922)”, de Gilciano Menezes Costa, Doutorando em História Social da Cultura na UFF e professor de História e Filosofia na Rede Estadual em Itaboraí.

Figura 2. Representação da localização de potencialidades patrimoniais e turísticas no atual território de Itaboraí



Fonte: Mapa Autoral.⁷

Figura 2: Neste mapa foram alocadas numerações referentes as potencialidades da paisagem cultural itaboraíense e alguns dos seus principais patrimônios materiais, tais quais: 1 – a Baía de Guanabara, paisagem compartilhada entre esta cidade e o Rio de Janeiro; 2 – o Manguezal de Itambí, pertencente a APA de Guapimirim; 3 – a Estação Ferroviária de Itambí, tombada a nível municipal; 4 – a Igreja de São Barnabé, também tombada a nível municipal; 5 – uma Casa Antiga na Praça de São Barnabé, inscrita no livro histórico do município; 6 – o Sítio Paleontológico de São Jose, o único do Estado do RJ; 7 – o Cemitério Indígena; 8 – as Ruínas do Convento São Joao Boaventura, tombado pelo IPHAN; 9 – a Igreja de Nossa Senhora da Conceição; 10 – o Centro Histórico, abordado nesta pesquisa, com um conjunto de edificações tombadas pelo INEPAC e IPHAN; 11 – área de interesse histórico no zoneamento da cidade; 12 – a Capela da Fazenda Itapacora, tombada por decreto municipal e 13 – a Sede da Fazenda Montevidiu, também inscrita no livro histórico do município.

Conseqüentemente, nos fins do século XX e no século XXI, distintos locais da cidade transfiguraram-se em palco da realidade presente e do imaginário, servindo de contexto para produções artísticas e cinematográficas no Brasil. Entretanto, este trabalho se atém ao recorte da Praça Marechal Floriano Peixoto, o centro histórico, que já foi cenário de dez produções audiovisuais — entre comerciais, filmes, novelas e séries.⁸ E é sobre esse distrito histórico a qual busca-se agora refletir.

Ao observar que o sítio histórico enquanto habitat abre margem ao debate patrimonialista e levanta questões sobre a compreensão desta paisagem, é proposto um estudo que auxilie no resgate da memória urbana, cujo objetivo é entender o processo

⁷ Mapa realizado pela fusão de dados concedidos pela Secretaria de Planejamento e Coordenação, da Prefeitura Municipal de Itaboraí com informações extraídas do site “História de Itaboraí e Região”, reconhecido pela UFF -Universidade Federal Fluminense: <https://www.historiadeitaborai.org/patrimonios-tombados>. Acesso em: 02 abril 2019.

⁸ Tais quais as novelas Estupido Cupido (década de 70) e Babilônia (2015), ambas da Rede Globo.

que levou à formação desse tecido urbano nos dias de hoje, ressaltar as compreensões de urbanidade e afirmar o potencial patrimonial desta cidade enquanto sítio histórico e paisagem cultural. A finalidade é interpretar a cidade a partir dos fatos urbanos, salientando a importância das dimensões histórica e social como construtoras da cidade.

Desta forma, a pesquisa se fundamenta na abordagem histórica por meio documental, conta com análise cartográfica, iconográfica e de referenciais teóricos, tendo no campo disciplinar da literatura uma das ferramentas de compreensão da vivência urbana. Por conseguinte, trabalha metodologicamente o conceito de paisagem cultural conforme Carl Sauer (2014) e Milton Santos (1985). Além disso, o estudo contempla a disputa pelo espaço urbano, a vivência, memória, identidade e sociabilidade no espaço público em consonância com autores como Lepetit (2012), Raquel Rolnik (1988), Saskia Sassen (2015) e Sérgio Buarque de Holanda (1995), que nos permitem compreender o processo histórico de ocupação.

É preciso destacar a dimensão orgânica das cidades que, segundo Rolnik (1988), permite que o próprio ambiente conte a sua história. É preciso evocar que a cidade é viva, que ela começa não só no espaço, mas no tempo, que ela pulsa junto com seus habitantes e que a sua transformação nunca é estática, ainda que lenta.

2 O território como objeto da memória

A formação das cidades de origem colonial no Brasil, de maneira geral, ocorreu pela instalação de uma grande praça, mais conhecida como largo. Esta praça, formada pela lógica colonizadora e civilizatória, era inicialmente um ponto de passagem de tropeiros, sendo estabelecida após a fundação de uma igreja. Ou seja, fundar uma igreja, fundar um largo, era fundar uma cidade.

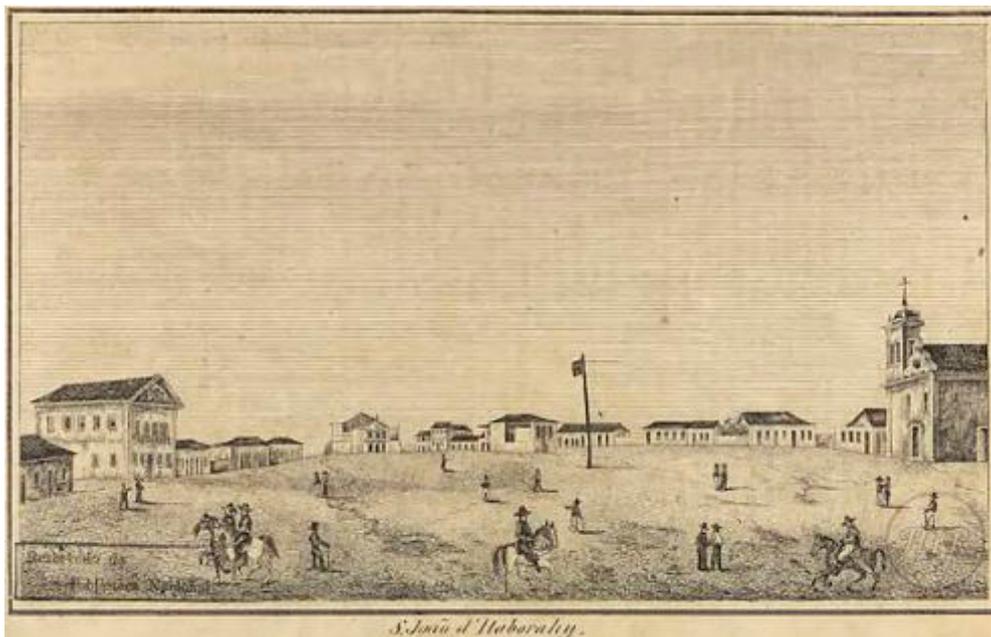
De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 97), esta praça quando localizada em área mediterrânea ficava ao centro da povoação, tendo quatro vias principais, servindo assim de eixo para o traçado das ruas. Marx e Teixeira (*apud* LOBO; SIMÕES JÚNIOR, 2012, p. 47-48) expõem que o local ideal para os colonos portugueses era selecionado pela topografia dominante, isto é, o topo de colinas. No mesmo sentido, Lobo e Simões Junior (2012, p. 414) descrevem o traçado colonial como uma ocupação de topografia irregular cujos limites laterais ocorriam pela junção de edifícios e paisagens. Sem muro, entende-se a paisagem como limite visual do espaço.

No Livro “O Rio do Quarto” (1869), Joaquim Manuel de Macedo desfruta da sua cidade de origem, Itaboraí, como plano de fundo. Já no primeiro capítulo ele narra a paisagem em que se passa o conto, havendo uma descrição que muito se assemelha a exposição supracitada pelos teóricos mencionados:

A Villa de Itaborahy, cabeça de uma das comarcas da província do Rio de Janeiro, está assentada sobre uma graciosa collina pouco elevada mas em situação tão feliz, que do alto della se domina e aprecia o mais bello quadro de natureza campestre. Por qualquer lado que os olhos se dilatam, os olhos se esquecem embebidos em immensos valles semeados de campos e estabelecimentos agrícolas, fazendas, sitios, e montes isolados; e emfim ao longe, muito ao longe, a serra dos Órgãos alcantilada e immensa remata esse painel magnífico, levantando uma trincheira que se perde nas nuvens diante do olhar cubiçoso e insaciavel. Formosa pela sua posição, a villa, pequeno povoado que consta de pouco mais de cem casas, offerece uma edificação pouco regular e sem duvida defeituosa, como todas as cidades, villas e povoações que tiverão seu principio no tempo colonial: entretanto ella se distingue por alguns edificios relativamente dignos de menção: a sua igreja matriz é uma das melhores e mais espaçosas da província: possui uma casa de camara municipal muito decente, uma casa de mercado, um theatro, entre as principais habitações particulares, a mais importante de todas, a casa em que se hospedou el-rei D. João VI, e do S. D. Pedro II, quando visitarão este ponto da província. Uma grande praça formando um semicírculo em torno da Matriz, e quatro ruas quase fronteiras umas das outras, e comunicando com a praça, compõem a villa de Itaborahy.

A narrativa reafirma a importância administrativa da Vila de São João de Itaboraá, tanto ao mencionar sua condição e porte frente a capital do Rio de Janeiro, a honradez de seus edifícios administrativos, religiosos e culturais, quanto pelos nomes de relevância e de valor simbólico que percorreram por este lugar. Além disso, o relato está em conformidade com a definição de ocupação colonial portuguesa explicitada por Lobo e Simões Junior (2012), pois a cidade começa na cumeeira de uma colina, tendo alguns edifícios, bem como a paisagem, constituindo seu limite lateral. Outro detalhe importante é a quantidade de ruas principais, quatro, como mencionadas por Sérgio Buarque de Holanda (1995). Desta maneira, a praça representava toda a cidade. A figura a seguir exemplifica algumas das características supracitadas:

Figura 3. Desenho do Largo da Matriz de São João de Itaborahy (1840)



Fonte: Jornal Litterário Pictorial: Ostensor Brasileiro – Vol. I – 1845 – 1846. Fundação Biblioteca Nacional.⁹

Figura 3: Por meio da figura, pode-se compreender onde e quando o traçado urbano começou a aparecer. Levando em conta que as praças do período colonial são constituídas por casa de câmara e cadeia, igreja e pelourinho, é possível identificar alguns traços típicos dessa ocupação na Vila de São João de Itaboraá. Na imagem, identifica-se a Casa de Câmara e Cadeia defronte à Igreja e, sugiro que a localização do pelourinho, provavelmente, estaria onde está a bandeira. Essa é uma formação comum a cidades de origem colonial. A origem da cidade, o Largo da Matriz, que é uma grande praça demarcada pela fachada dos edifícios, organiza o espaço e marca a centralidade do poder local. É na praça que tudo transcorre. De bom, ruim e exemplar: castigos exemplares, registros, comunicações oficiais e as festas importantes religiosas. A praça demarca tudo, mesmo não havendo demarcação de espaço público. Ela é um grande descampado, uma praça seca sem vegetação e equipamentos. Por conseguinte, pode-se compreendê-la como espaço de passagem, não de permanência. É um lugar para receber informações, seja ela religiosa seja do poder administrativo. Percebe-se também, a igreja solta no lote e a mobilidade urbana. Há pessoas a pé, provavelmente, que moram por perto e pessoas a cavalo, que podem ser habitantes longevos. Ou seja, essa cidade enquanto vila, organizava o território e, por isso, pessoas se locomoviam pela localidade. Isto aponta que essa praça, espaço de congregação, já era uma centralidade. Em ordem, a figura elucida: 1 – a Câmara Municipal, 2 – o Teatro Municipal e 3 – a Igreja de São João Batista. Isto é, havia ali vários tipos de expressão de poder: administrativo, cultural e religioso. Sendo assim, pode-se entender que o desenho urbano dessa praça foi determinante para a atribuição de valor simbólico e para o marco urbano que impulsionou o desenvolvimento desse território. Ou seja, a praça era a própria cidade.

Sendo assim, dentro de uma perspectiva colonial, é neste largo que se estabelece a primeira compreensão de núcleo urbano. Nesse período, pouco antes de Itaboraá ser elevada à Vila, tropeiros e viajantes já faziam a sua própria leitura da paisagem, pois caminhos construídos e percorridos por eles, também foram importantes para a caracterização do apoderamento desse território. Um dos ilustres viajantes

⁹ Imagem cedida gentilmente pelo historiador e professor Deivid Antunes da Silva Pacheco.

que percorreram por essa região, Darwin (*apud* COSTA, 2013, p. 100), em um de seus relatos de viagem, “O diário de Beagle”, apresentou as precárias condições de itinerário e o apuro na mobilidade por meio da montaria animal, em detrimento da sua própria compreensão urbana de origem europeia. Por meio de sua descrição, pode-se vislumbrar tanto a infraestrutura dessa recente malha urbana quanto a maneira de se locomover pelo espaço. Conforme seu diário:

[...] Esta estrada interna é a melhor que já vi, mas é muito inferior a pior das estradas com pedágios. Não creio que uma carruagem pudesse passar por ela. Ainda assim, trata-se de uma das principais passagens do Brasil. Encontramos muitas pessoas a cavalo. O único veículo é uma carroça muito grosseira com rodas quase sólidas, puxada por oito bois jungidos [...]. Não passamos por uma única ponte de pedra. Onde há pontes, elas são feitas de troncos de madeira e algumas estão em estado tão ruim que fomos obrigados a sair da estrada para evitá-las.

Tanto na representação do Largo de São João Batista (1840), quanto na explanação do viajante (1836), há uma ilustração da compreensão de urbanidade diante dos olhos que o observam. O processo de urbanização que pode ser compreendido na leitura da figura 3, é decorrente das noções de urbano da sociedade de Itaboraí naquele tempo. Neste caso, a estrutura urbana consolidada pelo conjunto da igreja, casa de câmara e cadeia, pelourinho e teatro, correspondiam aos interesses e necessidades daqueles habitantes. À vista disso, a formação desse núcleo urbano reflete o momento social, os valores do período e os símbolos atribuídos por aquele povo. Ou seja, esse largo era uma centralidade, onde acontecia a vida urbana. Para o viajante, mesmo sendo uma das melhores estradas internas já vistas durante seu percurso pelo Brasil, o caminho era dos piores diante da sua vivência europeia.

2.1 Itaboraí enquanto Paisagem Cultural

Segundo Sauer (2014), o espaço é a representação social do jeito de pensar e proceder de um povo. Para ele, a ação antropológica numa área orgânica pode transformar a “paisagem natural em paisagem cultural”. Desta forma, mediante a linguagem e o estilo de vida, um grupo de pessoas, com seus valores e símbolos, pode ressignificar o espaço em que ocupa. Isto é, um povo pode provocar mudanças geomorfológicas que resultem na profunda transformação da paisagem, consolidando o espaço pela cultura que se associa a ele. Santos (1985) define que “o espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético”. À vista disso, a paisagem cultural possui um caráter de composição, somando a área natural à sobreposição simbólica e material de sua historicidade.

É possível interpretar a cidade de Itaboraí enquanto fragmento da paisagem cultural do Rio de Janeiro. Do século XVI ao século XIX, a paisagem original do Recôncavo da Guanabara foi alterada e caracterizada pelo constante desenvolvimento de culturas rurais e intensas transações comerciais. No século XIX, o plantio de café em Itaboraí foi favorecido pela proximidade ao Porto do Rio de Janeiro, o que acabou revigorando a região que estava em decadência desde a queda da cana de açúcar, das fazendas e vias de locomoção até o porto. Entretanto, a predominância de terras baixas para o plantio tal como o uso intenso do solo ao longo dessas épocas, não favoreceu o cultivo de café por muito tempo. Desse modo, a então Vila de São João de Itaboraí transpassou por variados processos de crescimento urbano, tendo a maior parte deles correlacionados com a produção de açúcar, aguardente ou café e, conseqüentemente, pela escravatura. Segundo Ribeiro (2012), devido à localização estratégica, as operações mercantis de Itaboraí aconteciam tanto pelo mar, por meio do Porto das Caixas, quanto pelas estradas que convergiam para a então capital do Império no Brasil, Rio de Janeiro.

Dentro do contexto colonial, esse sítio histórico enquanto centralidade, era o coração pulsante. É nesse aglomerado urbano que os encontros sociais aconteciam, sejam eles de tropeiros, religiosos, intelectuais ou políticos. Ou seja, a cidade surge na confluência de ações e vivências no espaço e no tempo, tendo a formação social da sua origem urbana correlacionada a utilização e funcionalidade dos lugares. Considerando que a paisagem é um conjunto das variadas maneiras de construir o espaço, com camadas representativas de tempos históricos diferentes, nota-se nas figuras supracitadas, 1 e 3, tal como na figura a seguir o forte caráter religioso dessa Praça:

Figura 4. Igreja Matriz de São Joao Batista (1920)



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCR). Fotografia por Augusto César Malta de Campos.

Figura 4: Além da paisagem habitada pelos índios, transformada aos poucos pela passagem e permanência de tropeiros, a Igreja Matriz foi a principal edificação para o estabelecimento da Freguesia e, conseqüentemente, da Vila de São Joao de Itaboraí. Ademais, a igreja era ponto vital para o funcionamento da cidade, sendo também responsável pela formação moral de seus habitantes. A partir dela, definiu-se o largo da Matriz e os limites compostos por habitações. Por isso, ela foi tanto o principal meio da vida social quanto o símbolo do poder instituído na ocupação da colina. Ou seja, a paisagem nativa começa a se transformar profundamente a partir da fundação desta igreja. A começar por esse núcleo, a cidade se desenvolveu principalmente a parte dos eixos urbanos estabelecidos nesse aglomerado.

Constata-se que tanto as necessidades sociais daqueles habitantes quanto as condições do ambiente em que estavam inseridos, direcionaram as atividades humanas realizadas nesta localidade e, portanto, reestruturaram o espaço em consonância com as novas realidades.

Outra forma de analisar e caracterizar a formação da paisagem, se dá pelos símbolos não edificáveis. Em vários momentos do passado, nomes de notoriedade andaram por essa região, destacam-se os Itaboraíenses: Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí (1802), João Caetano dos Santos (1808)¹⁰, Joaquim Manoel de Macedo (1820)¹¹, Salvador de Mendonça (1841)¹², Alberto Torres (1865), que disseminava a campanha republicana num tempo próximo de sua proclamação e, sua filha, Heloisa Alberto Torres (1895), antropóloga e primeira diretora do Museu Nacional, que embora não seja originária desta cidade, passou nela os **últimos** anos de sua vida deixando para o IPHAN o sobrado da família¹³. Todos esses personagens são bustos de destaque na história nacional e, por meio deles, pode-se entender a cidade de Itaboraí do século XIX como uma ambiência de acentuada atividade intelectual. Desta maneira, percebe-se que a elite social era também uma elite de pensamento, o que resulta numa nova compreensão de urbanidade.

10 Conhecido como um dos principais atores de sua época e considerado o primeiro teatrólogo do Brasil.

11 Escritor do consagrado romance “A moreninha”. Ele é patrono da 20 cadeira da Academia Brasileira de Letras.

12 Um dos mais importantes articuladores do Movimento Republicano e fundador da 20 cadeira da Academia Brasileira de letras.

13 Informação extraída do site: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/casa-heloisa-alberto-torres>. Acesso em: 09 abril 2019.

Figura 5. Busto de Joaquim Manuel de Macedo rodeado por casas e sobrados do século XIX (1922)



Fonte: Acervo do “História de Itaboraí e Região”.

Figura 5: Se num primeiro momento o largo da Matriz pulsa religiosidade, num segundo período, apesar da permanência e influência do edifício religioso, vemos essa praça consolidar seu caráter enquanto centralidade, pela ênfase em outros debates. Desse modo, no século XIX, esta praça passou a também ser ponto de encontro cultural direcionando as novas regras urbanas por meio da erudição. No canto esquerdo da imagem, pode-se vislumbrar o Teatro Municipal João Caetano (1827) e, próximo a ele, a atual casa de Cultura Heloisa Alberto Torres, também do século XIX. Em maior destaque, está o busto de Joaquim Manoel de Macedo, um ilustre romancista da cidade. Atualmente, o busto está localizado no mesmo lugar, mas, posicionado de outra maneira. Em vez de casas e sobrados como plano de fundo, atualmente, observar o busto inclui vislumbrar a igreja ao fundo.

No início do século XX alguns personagens da política do Estado realizaram discursos e debates neste local. Segundo Costa (2014), no período monárquico este espaço público foi chamado de “Praça General Osorio” e, após a Proclamação da República em 1889, denominou-se de “Praça do Generalíssimo Deodoro da Fonseca”, tendo o nome alterado novamente em 1891 para “Praça Marechal Floriano Peixoto”, permanecendo assim até os dias de hoje. As diversas alterações do nome da praça, além de demonstrarem as homenagens que eram realizadas como consequências das disputas políticas, apontam a importância concedida a esta praça enquanto centralidade. Sendo assim, o desenvolvimento dessa praça bem como o seu próprio nome, foi impulsionado pelo momento social e político. A imagem a seguir apresenta outras estruturas e equipamentos urbanos que registram a formação dessa nova compreensão urbana:

Figura 6: Arborização e coreto no Largo da Matriz, século XX.



Fonte: Acervo do historiador e professor Deivid Antunes da Silva Pacheco.

Figura 6: Através dessa iconografia, é possível observar a frente da Igreja Matriz o arruamento da Praça Marechal Floriano Peixoto. Outra característica, é o paisagismo e arborização distinta da que existe hoje. No canto esquerdo da imagem, chama a atenção um equipamento urbano que não existe mais nessa localidade, o coreto. No relato de uma munícipe em seu memorial da cidade, “Itaboraí aos olhos de Eurydice” (2005), ela conta que aos finais de semana e feriados, o coreto recebia a banda de música da cidade e, além disso, era também utilizado como palanque de anúncios e debates políticos. Esta é uma camada da história que após variadas reformulações urbanísticas, praticamente se perdeu na memória urbana contemporânea.

É possível perceber diferentes camadas cenográficas nessa Praça. Primeiro, precisa-se lembrar que havia uma paisagem física pura e, antes do colonizador, havia os índios com outra lógica de ocupação. Em seguida, há a paisagem colonial, com os núcleos que desenvolveram o povoamento e o modo de expansão e utilização da terra. Posteriormente, sobrepõe-se a ela características da urbanidade imperial, com os grandes sobrados e a monumentalidade dos edifícios principais originados nesse período. Já no século XX, essa praça passou por variadas reformas paisagísticas. Segundo o “Jornal Folha de Itaboraí” (1948), a etapa de calçamento desta área foi considerada “uma moderna urbanização”. A imagem abaixo elucida uma das requalificações paisagística desta praça no século XX:

Figura 7. Requalificação paisagística da Praça Marechal Floriano Peixoto, década de 50



Fonte: Acervo do historiador e professor Deivid Antunes da Silva Pacheco.

Figura 7: Através dessa imagem, pode-se observar os postes e fios de eletricidade, o que aponta para uma sociedade em processo de modernização urbana, construindo o que hoje é requisito básico para o cotidiano. Observa-se também, ao redor da igreja, elementos urbanos típicos do período de embelezamento das cidades, baseados nas grandes influências advindas da Europa que queriam suas cidades mais iluminadas. Outra característica interessante, é a monumentalidade dos edifícios do século XIX e a planificação do arruamento. Além disso, em comparação a figura 3, observa-se de maneira mais esclarecida a sobreposição da paisagem. Aqui a praça não é só um espaço de circulação, ela está em processo de transformação, tonando-se um espaço de permanência. Nota-se que possui alguns bancos e um traçado paisagístico muito semelhante ao dos jardins ingleses, valorizando a topografia do terreno e consolidando os caminhos por meio de linhas curvas, que direcionam à observação do pedestre para os pontos que se deseja obter destaque: Igreja, teatro, antiga casa de câmara e cadeia e, embora não apareça na imagem, a atual prefeitura (antiga casa do Visconde de Itaboraí).

Ou seja, enquanto houver atividades humanas dentro de uma área em comum, haverá modificações no espaço. Essa praça teve mais casas e sobrados do que tem hoje, teve coreto, já foi uma praça seca, obteve diferentes arborizações e passou por requalificações. Todas essas características apontam para noções urbanas diferentes entre si ou, complementares num mesmo período. Dessa forma, com o tempo, essa paisagem adquiriu novos significados. No entanto, embora ela tenha adquirido historicamente uma variedade de formas e funções, não perdeu seu caráter enquanto espaço coletivo e de expressão política. Por isso, essas descrições são marcas simbólicas que contribuem para o entendimento de como essa localidade foi experienciada em determinadas épocas.

Figura 8. Foto atual da praça e seu entorno com vista para a igreja matriz



Fonte: Foto autoral, 2019.

Figura 9. Foto atual da praça e seu entorno com a localização da antiga casa de câmera e cadeia no canto esquerdo da imagem



Fonte: Foto autoral, 2019.

Neste sentido, ao entender que as obras humanas inscrevem e imprimem no território características únicas, Sauer (2014) acrescenta que a área cultural estabelece um agrupamento de formas interdependentes que se distinguem funcionalmente de outras áreas. Chegando assim o momento em que essas camadas de compreensões urbanas, fazem do núcleo fundacional um cenário favorável para as narrativas midiáticas. Numa entrevista cedida a Emissora Globo (2015), uma moradora do Centro Histórico, Magda Sader, mencionou que há pouco eventos de expressão que movimentem a região, sendo necessário o incentivo as atividades que se apropriam, valorizam e preservam esse rico patrimônio. Ou seja, o que se encontra hoje nesta localidade enquanto paisagem cultural, não é apenas fruto do trabalho da comunidade contemporânea. O desenvolvimento dessa paisagem é um processo gradativo e acumulativo, as paredes falam e há muita história para contar.

Figura 10. As distinções entre épocas e as preexistências no atual tecido urbano



Fonte: Compilação autoral, 2019.

Figura 10: A partir da imagem acima, se pode observar a inserção de novos edifícios, equipamentos e vegetações nos antigos contextos urbano e paisagístico em questão. Contudo, as preexistências são os maiores destaques da paisagem atual. Conforme supra referenciado, se nota ainda hoje a Igreja Matriz, o Busto de Joaquim Manoel de Macedo e o traçado das vias que delimitaram a formação da Praça e seu entorno.

Hoje, observar que essa junção de elementos ainda pode ser lida e, portanto, reconhecida, sugere que o contrário, o não reconhecimento e identificação entre sociedade e cidade, trata-se de um analfabetismo histórico, patrimonial e urbano. É necessário reconhecer o traçado das ruas e a importância delas para o definir de uma história, é preciso desvendar a nossa própria noção de urbano hoje.

2.2 O Sítio Histórico na atualidade

Dado tantos acontecimentos históricos neste local, tal como a fundação da cidade, a “Praça Marechal Floriano Peixoto” possui um grande valor patrimonial que a consolida enquanto Centro Histórico, dispondo assim, de Patrimônios Materiais tombados no âmbito Municipal, Estadual e Federal. Segundo Costa, apesar do valor reconhecido desde o final da década de 1990, o Poder Público não implementou eficazes e duradouras políticas públicas de preservação e conscientização patrimonial¹⁴, o que tem contribuído para a depredação do sítio histórico e da memória. Este incentivo esperado dos governantes é importante para que toda a comunidade compreenda que urbanidade é uma condição, é um jeito de compreender o espaço e que não depende apenas da arquitetura, mas também do imaginário popular e de como a vida ocorre nesta cidade.

De acordo com Sassen (2015), a eficiência dos espaços urbanos está relacionada a competência que este permite a seus habitantes, enquanto detentores de seus próprios conhecimentos e modo de vida. Para ela, os espaços vazios são áreas que apontam para algo esquecido e, por conseguinte, criticam o não questionar e o não imaginar da população que circula em suas proximidades. Isto é uma amnésia urbana, ou seja, um esquecimento da história da cidade. Desta forma, a amnésia se materializa pela ausência do que já existiu, podendo ser revertida para a provocação do imaginário popular quando este percebe que a cidade já estava lá, quando ele, indivíduo contemporâneo, surgiu.

Além dessas amnésias por falta de conhecimento da história urbana, há também o esquecimento pelo não reconhecimento dos elementos que constituem a paisagem cotidiana. Segundo Mariana Filgueira (2016), a amnésia urbana também ocorre quando os espaços rotineiros não são percebidos, sendo necessário “se perder” na cidade para entender a existência de regiões escondidas no inconsciente da cidade, pois “existem fenômenos urbanos que não estão nos livros de urbanismo, porque são muito móveis.”. Ela argumenta que “se perder” significa “sair de casa com espírito explorador”, com o objetivo de descobrir os “sistemas de auto-organização” que a maioria das pessoas desconhece.

Lepetit (*apud* SALGUEIRO, 2016, p. 189) diz que a memória coletiva se inscreve com o apoio de imagens espaciais ou, por meio da definição do próprio grupo social que se insere num recorte territorial, depositando nele suas lembranças. Assim, no decorrer das etapas em que a sociedade se desenvolve, as pessoas remanejam suas memórias de maneira a adequá-las às circunstâncias do presente, reelaborando

14 O Professor Historiador Gilciano Menezes Costa, aborda no site do seu Projeto “História de Itaboraí e Região”, mencionado como “link importante” no portal do Centro de Memória Fluminense da UFF, a importância do patrimônio itaboraíense. Na página desse projeto em uma rede social, ele critica o poder público em detrimento da cultura local. Site: <https://www.historiadeitaborai.org/>. Acessado em: 11 abril 2019.

permanentemente a sua reconstrução. Para ele, embora o território seja essencialmente uma memória, o passado não se mantém e não ressurgem igual.

De maneira semelhante a Lepetit, Bardi (*apud* RUBINO; GRINOVER, 2011) entende o passado como um presente histórico. Isto implica em reconhecer a história e suas cicatrizes no dia a dia para que em coletividade as pessoas possam aprender e aplicar lições nas novas vivências. Para os dois, as lembranças revelam as verdades do passado fundamentadas nas compreensões do presente. É preciso perceber as sutilezas da vida que se constrói no espaço tempo, e isto não se aprende apenas nos livros, como já suprefenciado.

Figura 11. Sobreposição do mapa de 1838 (figura 1) sobre imagem aérea atual, apresentando o atual tecido urbano a partir de uma lógica de traçado preexistente no Centro de Itaboraí



Fonte: Autoral, 2019.

Figura 11: Uma expressiva mudança territorial, que se pode observar, se dá pelo aumento da densidade populacional no referido tecido urbano. Nesta imagem, a partir da Vila de São João de Itaboraí se constata a maior parte da malha urbana central atualmente. Percebe-se que seu traçado é uma das mais importantes preexistências para a compreensão do processo de urbanização dessa cidade a partir de sua origem colonial portuguesa. Além disso, o assentamento se consolida entre a Avenida 22 de maio, via coletora, que possui ligação direta com a via expressa que conduz o ser urbano a capital do Rio de Janeiro, conforme a figura 2 deste trabalho. O processo de urbanização não se dá apenas a partir da evolução e crescimento dos núcleos urbanos. Em consonâncias com questões já discutidas acima, é preciso tratar essa paisagem como produto de profundas alterações, decorrentes dos diferentes períodos e contextos sociais, e da constante circularidade de sujeitos e objetos.

Segundo Benevolo (2014), a conservação do centro histórico se torna um problema social, tendo em vista que, “o objeto a tutelar é uma qualidade de vida e não

uma forma a contemplar”. Por isso, em conformidade com Rolnik (1988), debater a relevância do patrimônio para a vida social é dialogar também sobre o direito à cidade, pois tudo que se insere no ambiente urbano tem uma dimensão pública de vida coletiva que deve ser elaborada e organizada.

Quanto ao direito à cidade, as políticas urbanas de preservação e restauração patrimonial, são direcionadas, principalmente, para a requalificação de espaços públicos formados por conjuntos históricos. Portanto, volta-se para a restituição de espaços danificados por meio da recuperação e introdução de novas funções. Então, é necessária a assimilação do ofício público do centro histórico, permitindo a renovação do seu caráter individual e da sua função de integrar e organizar a cidade.

Sendo assim, mesmo se tratando de um sítio histórico, é preciso encarar a cidade de maneira orgânica. Hoje, o principal centro histórico de Itaboraí continua habitável, o que é visto como algo positivo diante de alguns teóricos de restauro, tal qual Gustavo Giovannoni. Para ele, se o arquiteto não sabe fazer uma arquitetura contemporânea que se insira de forma apropriada a um contexto historicizado, é melhor que não o faça¹⁵. Sendo assim, defendia a manutenção e conservação dos bens patrimoniais, ao mesmo tempo em que entendia a cidade como um organismo vivo. Portanto, ele preservava os bens patrimoniais por meio da integração à vida contemporânea, sendo favorável à criação e prática de Planos Diretores.

Considerando que toda cidade é uma estrutura histórica, a Carta de Petrópolis (1987) argumenta que a finalidade da preservação, deve estar na consolidação da cidadania, reforçando que o patrimônio precisa ter função dinâmica na vida da sociedade. Posto isto, é preciso salvaguardar o centro histórico urbano como espaço de depoimento do fazer cultural. Em conformidade com Sassen (2015), o sítio histórico urbano deve acolher os meios de trabalho e do cotidiano, manifestando autênticas expressões de uma sociedade formada por diversos elementos.

Nesse seguimento, o Plano Diretor Integrado de Itaboraí (2017) tem como princípio a melhoria na qualidade de vida por meio da educação, cultura, infraestrutura e serviços públicos, de maneira a viabilizar a inclusão social. Por isso, um de seus propósitos é a proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico da cidade, bem como a proteção e recuperação da paisagem urbana. No Art. 78, está previsto no item VI a requalificação do Centro Histórico e seu entorno. Já no Art. 89, ao tratar das diretrizes para a política relativa ao Patrimônio Histórico e Cultura, é conjecturado a revitalização de áreas degradadas, em especial, do Centro Histórico.

Por meio de seu caráter simbólico, a Praça Marechal Floriano Peixoto, reafirma a sua necessidade de passar pelo processo de requalificação paisagística e urbana. Esta praça, que é o Centro Histórico, marca a estrutura da cidade por meio de seu

15 Ver mais em: KUHL, Beatriz Mugayar (Org.). *Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

traçado e historicidade. Segundo Gelh (2017), para o significado dos espaços públicos é mais importante a estética convidativa e popular, que o grande número de pessoas circulando pela cidade. Para ele, a cidade viva precisa de uma vivência urbana multifacetada, onde as atividades sociais e de lazer estejam correlacionadas. Ou seja, a vida na cidade é uma questão qualitativa, dependendo de bons espaços públicos e de pessoas críticas que queiram o experimentar e permanecer.

Entendendo que o rigor estético de uma praça é organizado pela sua historicidade, traçado paisagístico e conjunto urbano, a assimilação entre estrutura, beleza e adequação é o que permite a consolidação do valor simbólico de uma praça enquanto espaço de memória. É preciso prestar atenção no pulsar do Centro Histórico tal como coração da cidade.

3 Conclusão

Devido os diversos acontecimentos, circulação de personagens importantes e compreensões de urbanidade já experienciadas nessa Praça, foi possível constatar que o traçado desta localidade, tal como as modificações urbanas no decorrer do tempo, manteve-se correlacionado com o desenvolvimento funcional desta área e seu estabelecimento enquanto marco urbano e caráter simbólico.

Por meio da sobreposição de imagens (figura 11), tal qual a sobreposição de camadas históricas, foi possível vislumbrar o traçado da Vila de São João de Itaboraí no atual tecido urbano, e entender a formação desse tecido urbano através da preexistência de origem colonial. Desta forma, é possível compreender que esta Praça, principalmente enquanto atributo das noções de urbano dos habitantes dessa região ao longo das épocas supracitadas, é elemento fundamental para o desenvolvimento dessa cidade enquanto sítio histórico.

Contudo, hoje se pode observar que foi atribuído a este espaço um caráter que não é político, cultural, nem mesmo religioso, perdendo assim o seu significado historicizado à medida que as pessoas se distanciam do seu valor original e apagam do cotidiano as marcas que a antiga Vila possuiu e deixou no tecido urbano. O resultado hoje é um relevante patrimônio em vias de dilapidação que resiste ao tempo apesar de tanto descaso. Entretanto, a referida Praça é um lugar de passagem e encontro, o que é bom, pois precisa de pessoas. Mas, ela também é um Centro Histórico, precisa ter a sua narrativa organizada e evidenciada.

É justamente essa assimilação entre morfologia e história que permite a consolidação da “Praça Marechal Floriano Peixoto” enquanto lugar de memória, espaço simbólico e coração da cidade. Por isso, ela deve ser o espaço de maior vivacidade urbana mesmo passando por expressivas mudanças. Esta justaposição de fragmentos históricos resulta em camadas que se sobrepõem no atual tecido urbano

de Itaboraí. A Praça, por este ângulo, é um fragmento desta paisagem que representou todo o processo dinâmico de produção social do espaço. Esta contínua transformação é sua principal característica e não pode renegar os contextos pelos quais o ambiente urbano passou e que acabaram por consolidar a cidade no hoje.

Todavia, considerando que o cenário não retém uma expressão cultural por si só, é necessário que o ser humano, enquanto indivíduo, atribua significado e sentido ao espaço por meio da manifestação da sua compreensão de urbanidade. Sendo a cidade um produto da construção social, o morar, o habitar e conviver, é a mola propulsora para o processo de reprodução de valores ou a respectiva ressignificação dos espaços. Uma sociedade que se mantém analfabeta culturalmente e urbanisticamente não consegue reconhecer, no próprio lugar em que habita, as muitas camadas existentes e que configuram o seu próprio modo de ser. Desta forma, resgatar a história local e os processos que acabaram por consolidar o atual tecido urbano, é importante para a construção da identidade e entendimento do lugar.

O conhecimento de história do urbanismo e história do patrimônio está muito relacionado com a observação da paisagem contemporânea, que entende paisagem cultural como um sítio arqueológico. Tal qual o trabalho do arqueólogo, os estudos urbanos dedicados a história e a educação patrimonial buscam “tirar a poeira de pouco em pouco” até chegar no cerne da questão que fomentou e motivou a ocupação.

Mediante o que foi apresentado, mostrar a trajetória do que hoje é a Praça Marechal Floriano Peixoto, no Centro de Itaboraí, é falar de um sítio histórico passível de resgatar e recontar o processo de urbanização da cidade a partir da dinâmica social, sendo isto importante para a construção da identidade e memória urbana coletiva através do entendimento da localidade enquanto centro histórico e paisagem cultural. Afinal, o patrimônio é um amplo acervo, é o registro dos acontecimentos da história local, de uma sociedade, e muitas vezes se perde por falta de incentivo ou pela carência identitária da comunidade, que sofre as modificações e interferências do mundo globalizado.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura*. Tradução Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Debates; 190/ dirigida por J. Guinsburg)
- CARTA DE PETRÓPOLIS. Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, 1987.
- COSTA, Gilciano Menezes. *A escravidão em Itaboraí: Uma vivência às Margens do Rio Macacú*. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Área de concentração: História Social, UFF – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- FILGUEIRA, Mariana. (Org.) O Globo Cultura. *Flip: arquiteto deixa plateia com desafio de explorar a cidade onde mora*: Mesa sobre arquitetura e urbanismo reuniu o italiano Francesco Careri e a pernambucana Lúcia Leitão. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/flip-arquiteto-deixa-plateia-com-desafio-de-explorar-cidade-onde-mora-19616241>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- FORTE, José Matoso Maia. *Vilas Fluminenses Desaparecidas (Santo Antônio de Sá)*. Edição editada pela Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1984.
- Futuro Imperfeito: *Sakia Sassen - Espaços Urbanos*. Direção de Pedro Zimmermann. Realização de Fronteiras do Pensamento. [s.i.]: Telos Cultural, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ic0uQWcv-E0>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- GEHL, Jan. *Cidade Para Pessoas*. Jan Gehl, 1936; Tradução Anita di Marco. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Itaboraí – Pesquisas Arqueológicas do Projeto Sagas e Seu Contexto Histórico, IAB & CEG, 2003.
- KUHL, Beatriz Mugayar (Org.). *Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.
- LOBO, Manuel Leal da Costa; SIMÕES JUNIOR, José Geraldo (Org.). *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2012. 457p.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *O Rio do Quarto – 3º ed.* – Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1901.
- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Itaboraí. Prefeitura Municipal de Itaboraí, RJ, 2017.
- RIBEIRO, Luiz Marcelo Gomes. *A Retabílica Barroca em São João de Itaboraí*. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-graduação em Artes, UFES. Espírito Santo, 2012.
- ROBERTO JUNIOR, Paulo. O Globo Rio. *Em Itaboraí, uma praça com muita história para contar*: Prédios dos séculos XVIII e XIX são cenário de novelas, filmes e séries. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/em-itaborai-uma-praca-com-muita-historia-para-contar-16514094>. Acesso em: 01 fev. 2019.

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. Editora Brasiliense – Série Primeiros Passos – pg. 18, São Paulo, 1988.

RUBINO, Silvana Barbosa; GRINOVER, Marina. *Lina por escrito*. Editora: Cosac Naify, 2011.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Por Uma Nova História Urbana*: Bernard Lepetit. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2016.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SAUER, Carl. Geografia Cultural. In: CORRÊA e ROSENDAHL (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

SILVA, Deivid Antunes da. *Itaboraí: Terra, Fé e Propriedade: A Igreja Católica e a conquista do território*. 2008. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Faculdade Omni, Itaboraí, 2008.